



**PARANÁ**  

---

**GOVERNO DO ESTADO**  
Secretaria da Fazenda

## **APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA, PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS**

### **1º QUADRIMESTRE 2015**

# **SUMÁRIO**

- 1. SITUAÇÃO FINANCEIRA ENCONTRADA**
- 2. AJUSTE FISCAL**
- 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DE DESPESA**
- 4. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DE DÍVIDAS**
- 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA**
- 6. PRINCIPAIS MELHORIAS DA GESTÃO**
- 7. RESULTADOS DO 1º QUADRIMESTRE**

# 1. SITUAÇÃO FINANCEIRA ENCONTRADA

## Total do Passivo Registrado – 31/12/2014

R\$ MILHÕES

Especificação	2013	2014	Variação Nominal (%)	Variação Real* (%)
			2014/13	2014/13
Dívida Flutuante (I)	5.362	4.317	(19,48)	(24,27)
Dívida Fundada (II)	20.039	21.717	8,37	1,92
Dívida Contratual Interna	13.728	14.859	8,23	1,79
União / Banco do Brasil	9.643	10.271	6,51	0,17
Outros Credores	4.086	4.588	12,29	5,60
Precatórios	4.668	4.629	(0,83)	(6,73)
Outras Dívidas - Pasep	1.084	1.311	20,93	13,73
Dívida Contratual Externa	558	917	64,44	54,65
Total da Dívida Registrada (I + II)	25.400	26.034	2,49	(3,61)

\* Atualizado pela média do IPCA (IBGE) acumulado.

# 1. SITUAÇÃO FINANCEIRA ENCONTRADA

## Comprometimento da Receita do Poder Executivo – Administração Direta

2014

R\$ MILHÕES



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

<b>1. RECEITA BRUTA FONTE 100 (RECURSOS DO TESOUREO)</b>	<b>30.377,8</b>	<b>100,00%</b>
<b>2. DEDUÇÕES</b>	<b>11.492,1</b>	<b>37,83%</b>
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	6.954,2	22,89%
FUNDEB	4.251,8	14,00%
PASEP	286,1	0,94%
<b>SUBTOTAL DA RECEITA</b>	<b>18.885,7</b>	<b>62,17%</b>
<b>3. DESPESAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (-)</b>	<b>12.769,8</b>	<b>42,04%</b>
EDUCAÇÃO (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	4.315,3	14,21%
PODERES (Legislativo, Judiciário, Ministério Público)	3.288,0	10,82%
SAÚDE (Ações e Serviços Públicos de Saúde)	2.848,2	9,38%
SERVIÇO DA DÍVIDA	1.306,0	4,30%
PRECATÓRIO (Inclui Out/Nov/Dez não transferidos ao TJ)	526,8	1,73%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Vinculada na Fonte 100)	333,9	1,10%
FUNREFISCO (Vinculada na Fonte 100 - Multa e Juros de Mora)	98,6	0,32%
Funesp (Vinculada na Fonte 100, Taxa do Corpo de Bombeiros + Taxa de Segurança)	51,7	0,17%
FIA (Vinculada na Fonte 100, Taxa do Corpo de Bombeiros + Taxa de Segurança)	1,2	0,00%
<b>SALDO</b>	<b>6.115,9</b>	<b>20,13%</b>
<b>4. PESSOAL e Encargos Executivo (excluídos Saúde, Educação e Poderes) (-)</b>	<b>4.090,7</b>	<b>13,47%</b>
<b>SALDO</b>	<b>2.025,2</b>	<b>6,67%</b>
<b>5. INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA, TERMO DE COMPROMISSO E APORTES</b>	<b>3.980,3</b>	<b>13,10%</b>
<b>SALDO PARA OUTROS CUSTEIOS E INVESTIMENTOS</b>	<b>-1.955,1</b>	<b>-6,44%</b>

Secretaria de Estado da Fazenda

### LEGENDA

#### 1. Total Receitas

**Receitas Tributárias Próprias** : (ICMS, IPVA, ITCMD, TAXAS e IRRF) incluindo multas, juros de mora, outros encargos e Dívida Ativa. **(COM A DEDUÇÃO DO FUNDEB)**

**Transferências Tributárias Constitucionais e Legais**: (FPE, Lei Kandir, IPI Exp. e IOF de ouro).

#### 2. Deduções

**Transferência aos Municípios**: Constitucional  
**FUNDEB**: 20% da Receita (ICMS, IPVA, ITCMD, FPE, IPI Exportação e Lei Kandir)

**PASEP**: 1% da Receita Arrecadada deduzido o FUNDEB e as Transferências aos Municípios.

#### 3. Despesas Constitucionais e Legais

**Educação**: Básica e Nível Superior nos termos dos critérios para determinação dos limites do gasto com educação SEM o FUNDEB.

**Saúde**: Nos termos dos critérios para determinação dos limites do Anexo XII da LC 141/2012.

**Precatórios**: Depósitos ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios.

**Poderes**: O percentual de participação está abaixo do constitucional (18,60%) pelo fato da base de cálculo que determina os valores dos repasses aos poderes ser diferente do estabelecido no item 1 (Receitas) foi repassado 18,09% aos poderes. Não foi efetuado o ajuste referente ao retorno de recursos efetuados pelo Legislativo.

#### 4. Pessoa e Encargos Executivo

Despesas com pessoal e encargos do Poder Executivo efetuadas com recursos do Tesouro, exceto com Educação Básica e Ensino Superior e Saúde.

#### 5. Insuficiência, Termo e Aportes

Apesar de ser uma despesas de pessoal, foi destacada separadamente para melhorar a análise.

# **DIANTE DESTE QUADRO, O QUE FAZER?**

# AJUSTE FISCAL

## 2. AJUSTE FISCAL

### 2.1 OBJETIVO

Equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, necessários ao atendimento dos cidadãos paranaenses.



## **2. AJUSTE FISCAL**

### **2.2 PREMISSAS**

- Não elevar a carga tributária com novas taxas e impostos.
- Pagar em dia os compromissos assumidos.
- Efetuar os pagamentos das dívidas vencidas sem comprometimento dos orçamentos presente e futuros em áreas essenciais ao atendimento da população.
- Retomar a capacidade plena de investimento.



## 2. AJUSTE FISCAL

### 2.3. DIRETRIZES

**Implementar ações no sentido de:**

- Reduzir despesas
- Renegociar dívidas
- Incrementar receitas



# **REDUÇÃO DE DESPESAS**

## **Principais Medidas**

### **Ações Implantadas - 2015**

## **3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA**



### **3.1 AÇÕES IMPLANTADAS**

- ✓ **Contingenciamento do Orçamento Geral do Estado em R\$ 10,6 bilhões;**
- ✓ **Atualmente o montante contingenciado é de R\$ 8,24 bilhões;**
- ✓ **Fixação de “cota orçamentária trimestral” e “cota financeira mensal” de gastos para cada Secretaria compatíveis com a disponibilidade financeira do Estado do Paraná;**

# **3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA**



## **3.1 AÇÕES IMPLANTADAS**

### **DESPESAS COM PESSOAL (Decretos 30, 31 e 39 de 05/01/2015)**

- ✓ **Vedadas a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública direta e indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial, as fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista;**
- ✓ **Instituição da Comissão de Política Salarial;**

## **3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA**



### **3.1 AÇÕES IMPLANTADAS**

#### **DESPESAS COM PESSOAL (Decretos 30, 31 e 39 de 05/01/2015)**

- ✓ Os servidores públicos estaduais da administração direta, autárquica e fundacional, bem como os das empresas públicas e sociedades de economia mista que estejam afastados de suas respectivas repartições de origem, deverão retornar a elas;

## **3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA**



### **3.1 AÇÕES IMPLANTADAS**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO (Decreto 33 de 05/01/2015)**

- ✓ **A utilização da modalidade de “Pregão Eletrônico” para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória para toda administração pública estadual.**

# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA



## 3.1 AÇÕES IMPLANTADAS

- ✓ **Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do RPPS;**
  - **A medida transfere cerca de 31 mil beneficiários com 73 anos ou mais, do Fundo Financeiro para o Fundo de Previdência, desonerando o Poder Executivo do pagamento de R\$ 121 milhões por mês, em média. Além disso, prevê novos aportes a partir de 2021, quando haverá o reinício do repasse de royalties de Itaipu, em mais de 1 bilhão.**

# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA



## 3.1 AÇÕES IMPLANTADAS

- ✓ **Instituído Sistema de Avaliação do Gasto Público;**
  - **Indicadores de Gasto Mensal;**
  - **Relatório de Desempenho Fiscal Mensal;**



# **REDUÇÃO DE DESPESAS**

## **Principais Medidas**

### **Ações em Andamento- 2015**

## **3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA**



### **3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO**

#### **TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA (Decreto 40 de 05/01/2015)**

- ✓ **Cria, na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, um Grupo de Trabalho, para levantar os contratos em vigência, avaliar, rever e propor, critérios e regulamentação para a terceirização de mão de obra no serviço público estadual.**

# **3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA**



## **3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO**

### **RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS (Decreto 29 de 05/01/2015)**

- ✓ Os órgãos promoverão a reavaliação das licitações em curso para compras e contratações de bens e serviços, bem como dos instrumentos contratuais em vigor, relativos ao fornecimento de bens e serviços, objetivando a redução dos preços cotados ou contratados e das quantidades licitadas ou contratadas. Visando adequar-se aos novos limites de gastos;

# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA



## 3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

### RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS (Decreto 29 de 05/01/2015)

- ✓ Do total de 2.686 contratos informados, representado pelo montante de R\$ 1.663 milhões, até 08/05/2015, foram renegociados 306 contratos com uma redução de R\$136 milhões, gerando uma economia de 8,17%.

# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA

## 3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

### RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS (Decreto 29 de 05/01/2015)

#### ✓ Principais Renegociações:

Secretaria / Órgão		Contratos Informados (R\$)	Economia (R\$)	Redução	Contratos Informados	Contratos Com Redução
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM	SEIL / DER	291.548.944,58	60.943.710,11	20,9034%	161	50
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ	CC / COHAPAR	85.452.868,57	52.603.619,71	61,5586%	96	19
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO	SEFA / CRE	48.675.248,55	6.183.070,11	12,7027%	64	9
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	SEED	166.334.519,10	3.165.803,05	1,9033%	236	81

# **3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA**



## **3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO**

### **INSTITUIR PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

- ✓ **A adoção do Regime de Previdência Complementar para os futuros servidores do Estado do Paraná representa uma solução para as crescentes despesas referentes ao custeio do regime próprio de previdência do Estado.**

# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA



## 3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

- ✓ Implantar sistema de pagamento de grandes fornecedores de serviços públicos concedidos (energia, água e telecomunicações) objetivando evitar o pagamento de multas por atraso;
- ✓ Regularizar criação do Banco de Horas como alternativa ao pagamento de Horas Extras nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo (PL 54/2014);

# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA



## 3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

- ✓ **Aprimorar a gestão dos processos de despesa;**
  - **Implantar sistema de Banco de Preços a partir das Notas Fiscais Eletrônicas, para otimizar o processo de compras pelo Estado;**
  - **Aperfeiçoar o Sistema de Controle e Gestão de Contratos;**



# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA



## 3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

- ✓ **Implantar Sistema de Custos Públicos;**
- ✓ **Implantar instrumentos (indicadores) de governança corporativa nas empresas estatais;**
- ✓ **Integrar o orçamento de investimento das empresas estatais no SIAF;**
- ✓ **Incluir todas as Unidades Administrativas no Sistema de Gestão de Recursos Humanos - META 4;**

# 3. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DESPESA



## 3.2 AÇÕES EM ANDAMENTO

- ✓ Realizar auditoria na Folha de Pagamento;
- ✓ Ampliar a redução do custeio administrativo;
- ✓ Realizar gestão para a redução a zero da alíquota do PASEP para os Estados;
- ✓ Avaliar os regimes de previdência complementar e os planos de saúde das empresas estatais;
- ✓ Institucionalizar estrutura para cálculo na liquidação e revisão dos valores dos precatórios;

# **REDUÇÃO DE DÍVIDAS**

## **Principais Medidas**

### **Ações em Andamento - 2015**

## 4. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DÍVIDA



### 4.1 AÇÕES EM ANDAMENTO

- ✓ Formalizar aditivo ao contrato de refinanciamento de dívida celebrado com a União com base Lei Federal nº 9.496/1997, tendo em vista que a Lei Complementar Federal nº 148/2014 autorizou a alteração do indexador e diminuição da taxa de juros, gerando uma redução no montante a ser pago do serviço da dívida do Paraná;

## 4. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DÍVIDA



### 4.1 AÇÕES EM ANDAMENTO

- ✓ Obter o aval da STN, para concessão da garantia da operação BNDES/BADEP, que se refere a Assunção da Dívida do BADEP, para então obter a redução dos juros de 2% a.a. para 1% a.a.;
- ✓ Realizar a reestruturação da dívida com a COPEL oriunda dos saldos remanescentes da Conta de Resultados a Compensar, a fim de melhorar as condições contratuais, para reduzir o montante de juros e encargos.

# 4. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DÍVIDA



## 4.1 AÇÕES EM ANDAMENTO

- ✓ Equacionar os créditos e débitos recíprocos entre as entidades do Estado e outros entes da Federação;
- ✓ Identificar e viabilizar a redução dos principais passivos do Estado;
- ✓ Reaver recebimentos dos títulos emitidos pelo Banestado;

## **4. PRINCIPAIS AÇÕES PARA REDUÇÃO DA DÍVIDA**



### **4.1 AÇÕES EM ANDAMENTO**

- ✓ **Renegociar dívida com o Itaú referente a Títulos do Banestado;**
- ✓ **Pagamento parcelado da dívida de Precatórios devidos de outubro a dezembro de 2014, com último pagamento previsto para agosto de 2015;**

# **AMPLIAÇÃO DE RECEITAS**

## **Principais Medidas**

### **Ações Implantadas- 2015**



# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.1 AÇÕES IMPLANTADAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ **Equalização das alíquotas de ICMS e IPVA às praticadas em outras Unidades da Federação;**
- ✓ **Equalizar a tributação dos produtos importados adquiridos em outras Unidades da Federação com as aquisições no Estado do Paraná - implantação de cobrança de diferença de alíquotas;**
- ✓ **Instituir o pagamento decendial do ICMS pelos setores de comunicação, combustíveis e energia elétrica;**
- ✓ **Vedar parcelamento para dívidas de GIA ST (ICMS retido);**

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.1 AÇÕES IMPLANTADAS RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

- ✓ Alguns fundos existentes no Estado do Paraná deixaram de ter natureza especial contábil e permaneceram como fontes vinculadas de receita, flexibilizando sua aplicação;
- ✓ Permite que os recursos dos fundos estaduais poder Executivo possam ser utilizados para cobrir despesas de quaisquer natureza orçamentária, inclusive pessoal e encargos sociais;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.1 AÇÕES IMPLANTADAS RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

- ✓ Incorporação do superávit financeiro dos Fundos ao Tesouro;
- ✓ Instituição de Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas;

# **AMPLIAÇÃO DE RECEITAS**

## **Principais Medidas**

### **Ações em Andamento - 2015**

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

### **Programa de Parcelamento Incentivado – PPI**

- ✓ Tem por objetivo promover a regularização de créditos tributários relativos ao ICMS, e incentivar a regularização da situação fiscal do contribuinte junto à Fazenda Pública Estadual com desconto nos juros, nas multas e outros encargos, com a dilatação do prazo de parcelamento;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

### **Programa Incentivado de Parcelamento de Débitos – PPD**

- ✓ Parcelamento de débitos de natureza tributária referentes ao IPVA, ao ITCMD, bem como a quaisquer outras receitas públicas;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ Aumentar os serviços prestados pelo Call Center Ativo da Secretaria da Fazenda, para todos os débitos tributários;
- ✓ Intensificar a cobrança do ITCMD, nas doações declaradas a Receita Federal do Brasil e não recolhidas ao Tesouro Estadual;
- ✓ Promover a inscrição em Dívida Ativa e Protesto em bloco dos débitos do IPVA;
- ✓ Desenvolver ações para a cobrança de inadimplentes do IPVA;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ **Nota Fiscal Paranaense:** instituir o programa de estímulo à emissão de nota fiscal por todos os estabelecimentos comerciais do Paraná, mediante retorno de partes do impostos pagos para os consumidores e distribuição de prêmios;
- ✓ **CADIN** - Criação do Cadastro Informativo Estadual, para combater a inadimplência no recolhimento de impostos e taxas;



# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ Intensificar o acompanhamento das empresas de forma setorial;
- ✓ Priorizar a fiscalização de créditos indevidos lançados pelos contribuintes;
- ✓ Otimizar atividades do centro de inteligência fiscal;
- ✓ Limitar o valor do crédito presumido ao débito da operação;
- ✓ Investir e ampliar o instituto da autorregularização;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ Identificar, avaliar e estimular a produção local dos principais produtos adquiridos no Estado do Paraná;
- ✓ Implantar exigência da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e) para todos os contribuintes;
- ✓ Cancelar a inscrição estadual de contribuintes do Simples Nacional por omissão de declaração;
- ✓ Revisar legislação do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD);

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ Aperfeiçoar a legislação do Contencioso Administrativo e do Conselho de Contribuintes;
- ✓ Implantar o arrolamento de bens de grandes devedores;
- ✓ Realizar ações para combate aos contribuintes devedores contumazes. Pagamento antecipado do ICMS a cada operação;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ Instituir o regime de substituição tributárias nas operações com energia elétrica comercializadas no mercado livre – Sistema DEVEC;
- ✓ Celebrar convênio com as operadoras de telefonia celular para envio de SMS em bloco aos contribuintes do IPVA;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ Realizar operações de fiscalização volante conjuntas com as Delegacias da Receita Regionais nas entradas e saídas interestaduais, objetivando a busca de subsídios para auditorias fiscais;
- ✓ Realizar ações em conjunto com a Procuradoria do Estado para bloqueio de conta bancária e penhora de faturamento das empresas devedoras;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS TRIBUTÁRIAS

- ✓ Avaliar, verificar e atualizar a correta aplicação das Margens de Valor Agregado - MVA da substituição tributária;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

- ✓ Incrementar as Parcerias Público-Privadas;
  - Acompanhar a implantação e execução das PPP;
  - Reavaliar as propostas de PPP em andamento;
  - Reavaliar as Garantias das PPP;
  
- ✓ GR-PR: criação de uma Guia Única de Recolhimento de receitas no Paraná, extinguindo os demais modelos hoje existentes;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

- ✓ Habilitar créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) COHAPAR;
- ✓ Identificar e cobrar das empresas as contrapartidas sociais do Paraná Competitivo (1% a 3% do valor do benefício);
- ✓ Avaliar contrato de cessão de crédito dos royalties de Itaipu e compensações financeiras;
- ✓ Ampliar os recebimentos de dividendos das empresas estatais;



# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

- ✓ Alienar recebíveis dos Programas de Parcelamentos;
- ✓ Antecipação da renovação dos contratos com instituições financeiras para pagamento da folha de servidores e fornecedores;
- ✓ Antecipação de renovação e implantação de concessões comuns;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

- ✓ Alienação de imóveis;
- ✓ Alienação de recebíveis do BADEP;
- ✓ Avaliar a possibilidade de alienação de recebíveis de outorgas de concessões antigas;
- ✓ Alienar recebíveis do Programa Paraná Competitivo;
- ✓ Buscar em conjunto com a SEPL, novas linhas de financiamento;

# 5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA



## 5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

- ✓ Reavaliar a destinação dos recursos, valores e motivação, nas operações de créditos que estão em fase de contratação;
- ✓ Acompanhar a apuração e recebimento dos recursos do COMPREV;
- ✓ Avaliar os créditos e débitos recíprocos entre os órgãos do Estado e a Parana Previdência;

## **5. PRINCIPAIS AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DA RECEITA**



### **5.2 AÇÕES EM ANDAMENTO RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS**

- ✓ **Captação de recursos do Orçamento Geral da União;**
- ✓ **Ampliação da utilização dos depósitos judiciais;**

# MELHORIA DA GESTÃO

## Principais Medidas

## 6. MEDIDAS PARA MELHORIA DA GESTÃO



### Código de Ética da Alta Administração Pública

- ✓ Ao Conselho de Ética compete zelar pela aplicação do presente Código de Ética, receber e apurar denúncias a atos praticados por integrantes da Alta Administração Pública Estadual, aplicar sanções que lhe tenha sido atribuída por este código, manter o aperfeiçoamento do presente Código e elaborar o seu Regimento Interno;

## **6. MEDIDAS PARA MELHORIA DA GESTÃO**

**Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do Planejamento Estratégico do Estado. (Decreto 37 de 05/01/2015).**

- ✓ Promover a elaboração do planejamento estratégico estadual, estabelecer mecanismos de integração e coordenação da implementação das ações estratégicas e de acompanhamento, controle e avaliação de metas de resultados e gestão por desempenho;**

## **6. MEDIDAS PARA MELHORIA DA GESTÃO**

### **Instituição do Conselho de Controle das Empresas Estaduais – CCEE (Decreto 34 de 05/01/2015)**

- ✓ **Tem por objetivo controlar as empresas públicas estatais.**



## **6. MEDIDAS PARA MELHORIA DA GESTÃO**

### **PROGRAMA DE DESBUROCRATIZAÇÃO (Decreto 28 de 05/01/2015)**

- ✓ **Instituído com o objetivo de otimizar procedimentos e aperfeiçoar a prestação de serviços públicos estaduais aos cidadãos e à sociedade, tendo como diretrizes a qualidade, a eficiência, a transparência administrativa, a simplificação de trâmites e a redução de exigências burocráticas.**

## **6. MEDIDAS PARA MELHORIA DA GESTÃO**

- ✓ Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão adotar as providências necessárias para manter as respectivas regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira, bem como atender a todas as exigências previstas no Cadastro Único de Convênios - CAUC do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda, nos termos deste decreto.

## **6. MEDIDAS PARA MELHORIA DA GESTÃO**

- ✓ **Implantar um novo Sistema informatizado de gestão fiscal (planejamento, orçamento e finanças);**
- ✓ **Avaliar os resultados dos programas e ações de maior relevância social e econômica do Estado;**
- ✓ **Implantar indicadores de governança corporativa nas empresas estatais;**

# **RESULTADOS**

## **1º QUADRIMESTRE**

### **2015**

# **Lei Complementar nº 101, de maio/2000**

## **DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**

**(§ 4º DO ARTIGO 9º DA LRF)**

# SUMÁRIO



**I – RECEITAS**

**II – DESPESAS**

**III – RESULTADOS**

**IV – DÍVIDA E LIMITES**

# **ANÁLISE DA RECEITA**

# **ORÇAMENTO FISCAL**

## **JANEIRO A ABRIL**

## **2015**

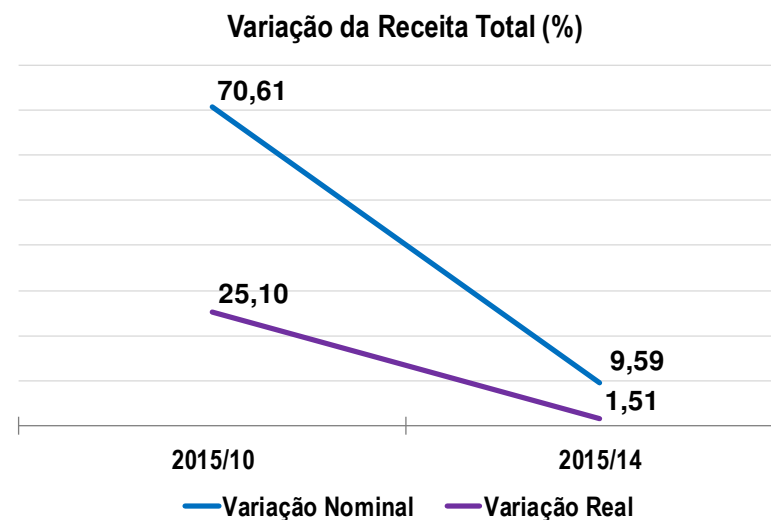
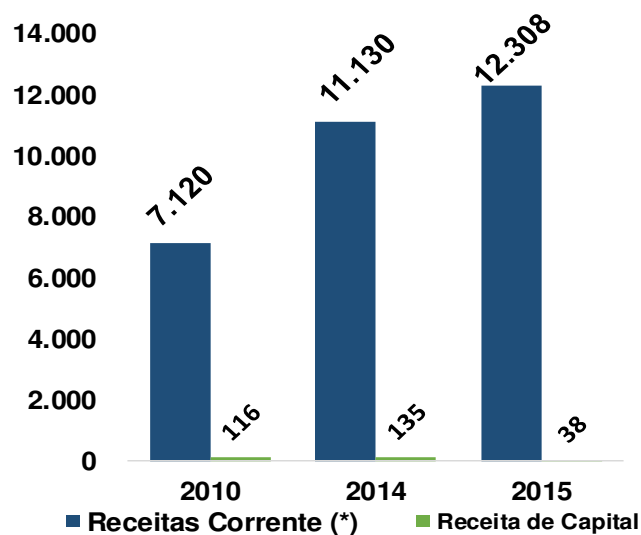
# RECEITA TOTAL ORÇAMENTO FISCAL

R\$ MILHÕES

Consolidado	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
<b>Receitas Corrente (*)</b>	7.119,60	11.129,61	12.307,60	72,87	10,58	26,76	2,44
<b>Receita de Capital</b>	116,28	135,39	37,62	(67,64)	(72,21)	(76,50)	(74,55)
<b>Receita Total</b>	<b>7.235,87</b>	<b>11.265,01</b>	<b>12.345,22</b>	<b>70,61</b>	<b>9,59</b>	<b>25,10</b>	<b>1,51</b>

Fonte: Receita Global Recursos Totais no SIAF

(\*) Descontadas as deduções para a formação do Fundeb





# RECEITAS CORRENTES ORÇAMENTO FISCAL



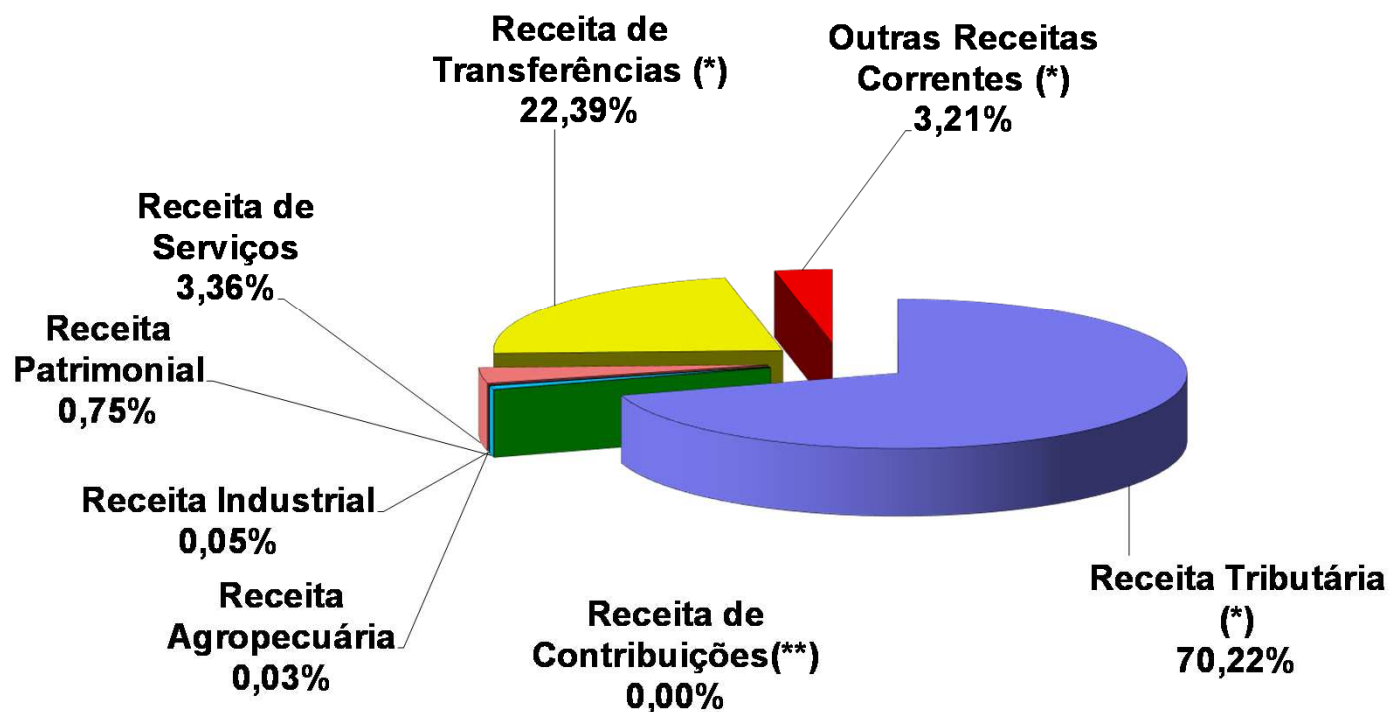
R\$ MILHÕES

Consolidado	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
Receita Tributária <sup>(*)</sup>	4.743,32	7.681,35	8.641,94	82,19	12,51	33,52	4,18
Receita de Contribuições <sup>(**)</sup>	30,86	0,00	0,00	(100,00)		(100,00)	
Receita Patrimonial	97,83	137,99	92,33	(5,62)	(33,09)	(30,67)	(37,93)
Receita Agropecuária	1,56	0,97	3,24	107,46	232,60	52,63	208,34
Receita Industrial	7,07	9,01	6,23	(11,86)	(30,82)	(35,45)	(35,96)
Receita de Serviços	216,60	438,08	413,31	90,81	(5,66)	39,88	(12,46)
Receita de Transferências <sup>(*)</sup>	1.777,84	2.621,71	2.755,50	54,99	5,10	13,70	(2,68)
Outras Receitas Correntes <sup>(*)</sup>	244,51	240,50	395,05	61,57	64,26	19,68	53,21
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>7.119,60</b>	<b>11.129,61</b>	<b>12.307,60</b>	<b>72,87</b>	<b>10,58</b>	<b>26,76</b>	<b>2,44</b>

(\*) Descontadas as deduções para formação do FUNDEB.

(\*\*) As Receitas de Contribuições. após 2012. foram registradas no balanço da ParanaPrevidência.

# COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES ORÇAMENTO FISCAL - 2015



(\*) Descontadas as deduções para formação do FUNDEB.

# RECEITA TRIBUTÁRIA

R\$ MILHÕES

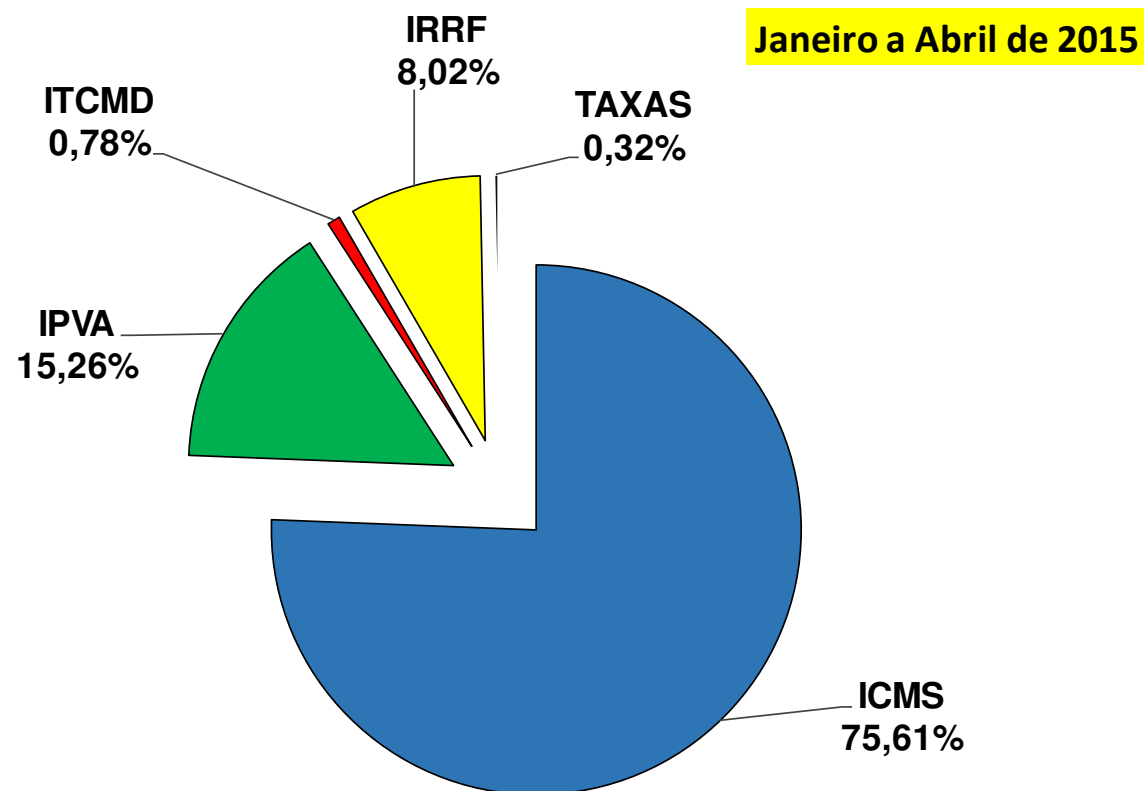
Consolidado (*)	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
<b>ICMS</b>	3.837,76	5.948,76	6.534,44	70,27	9,85	25,01	1,94
<b>IPVA</b>	635,30	1.094,08	1.319,17	107,65	20,57	50,65	10,34
<b>ITCMD</b>	26,99	60,47	67,55	150,30	11,70	83,63	3,53
<b>IRRF</b>	225,53	551,65	693,33	207,43	25,68	125,70	16,60
<b>TAXAS</b>	17,76	26,38	27,45	54,59	4,03	13,44	(3,52)
<b>TOTAL</b>	<b>4.743,32</b>	<b>7.681,35</b>	<b>8.641,94</b>	<b>82,19</b>	<b>12,51</b>	<b>33,52</b>	<b>4,18</b>

Fonte: Receita Global Recursos Totais no SIAF

(\*) Descontadas as deduções para a formação do Fundeb

**ATÉ ABRIL DE 2015 A RECEITA TRIBUTÁRIA  
REPRESENTOU:  
70,0% DA RECEITA TOTAL  
E DA RECEITA CORRENTE.**

# RECEITA TRIBUTÁRIA



# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ORÇAMENTO FISCAL



R\$ MILHÕES

CONSOLIDADO <sup>(1)</sup>	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
	2010	2014	2015	NOMINAL		REAL	
				2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
<b>TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (I) <sup>(2)</sup></b>	<b>921,77</b>	<b>1.338,68</b>	<b>1.369,61</b>	<b>48,59</b>	<b>2,31</b>	<b>13,70</b>	<b>(5,24)</b>
FPE	351,73	603,36	639,28	81,75	5,95	33,62	(1,70)
CIDE	60,20	7,48	0,51	(99,15)	(93,17)	(99,37)	(93,68)
COMP. FINANCEIRA + ROYALTIES	3,02	7,96	8,17	170,21	2,62	98,29	(4,73)
IPI - EXPORTAÇÃO	80,67	100,05	110,85	37,42	10,79	1,11	3,02
LEI KANDIR	39,32	29,49	39,32	0,00	33,33	(27,68)	21,68
SALÁRIO EDUCAÇÃO	70,68	134,48	179,20	153,53	33,26	87,01	24,04
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO	23,81	81,05	3,25	(86,35)	(95,99)	(89,91)	(96,32)
SUS	292,33	374,81	389,02	33,08	3,79	(2,74)	(4,11)
<b>OUTRAS TRANSF. AO ESTADO (II) <sup>(3)</sup></b>	<b>856,07</b>	<b>1.283,03</b>	<b>1.385,89</b>	<b>61,89</b>	<b>8,02</b>	<b>18,69</b>	<b>0,01</b>
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	68,75	100,03	95,68	39,16	(4,36)	2,63	(11,14)
FUNDEB	787,32	1.183,00	1.290,22	63,88	9,06	0,95	0,95
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>1.777,8</b>	<b>2.621,7</b>	<b>2.755,5</b>	<b>54,99</b>	<b>5,10</b>	<b>9,50</b>	<b>(5,24)</b>

Fonte: Receita Global Recursos Totais No SIAF

<sup>(1)</sup> Descontadas as deduções para a formação do Fundeb

<sup>(2)</sup> Transferências Legais e Constitucionais

<sup>(3)</sup> Transferências Voluntárias (Outras Transferências refere-se a Convênios com Órgão Federais)

# RECEITA DO FUNDEB



R\$ MILHÕES

RECURSOS DO FUNDEB	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
RECEBIDOS (I)	787,32	1.183,00	1.290,22	63,88	9,06	20,08	0,95
ENVIADOS (II)	872,89	1.374,47	1.519,75	74,11	10,57	27,69	2,46
PERDAS DO FUNDEB (II - I)	85,57	191,47	229,53	168,23	19,87	97,58	11,82
<b>% DA PERDA DO FUNDEB</b>	<b>9,80%</b>	<b>13,93%</b>	<b>15,10%</b>				

Fonte: Receita Global Recursos Totais no SIAF

# RECEITA CORRENTE ORÇADA VS. REALIZADA

## ORÇAMENTO FISCAL



R\$ MILHÕES

RECEITAS CORRENTES	ORÇADA INICIAL	ORÇADA ATUALIZADA	REALIZADA Até Abril	DIFERENÇA	REALIZADA SOBRE ORÇAMENTO ATUALIZADO (%)
	A	B	C	D = B-C	E=(C/B)*100
Receita Tributária	26.682,28	27.647,92	8.641,94	19.005,98	31,26
Impostos	26.590,17	27.555,81	8.614,49	18.941,32	31,26
Taxas	92,10	92,10	27,45	64,65	29,80
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	514,12	514,02	92,33	421,69	17,96
Receita Agropecuária	13,54	13,54	3,24	10,30	23,92
Receita Industrial	41,20	41,20	6,23	34,97	15,12
Receita de Serviços	1.325,86	1.325,86	413,31	912,56	31,17
Receita de Transferências	8.754,29	8.744,78	2.755,50	5.989,28	31,51
Outras Receitas Correntes	1.563,74	1.675,23	395,05	1.280,18	23,58
<b>SUB TOTAL</b>	<b>38.895,01</b>	<b>39.962,54</b>	<b>12.307,60</b>	<b>27.654,94</b>	<b>30,80</b>

Fonte: Receita Global Recursos Totais no SIAF

(\*) Descontadas as deduções para a formação do Fundeb

# RECEITAS DE CAPITAL ORÇAMENTO FISCAL



R\$ MILHÕES

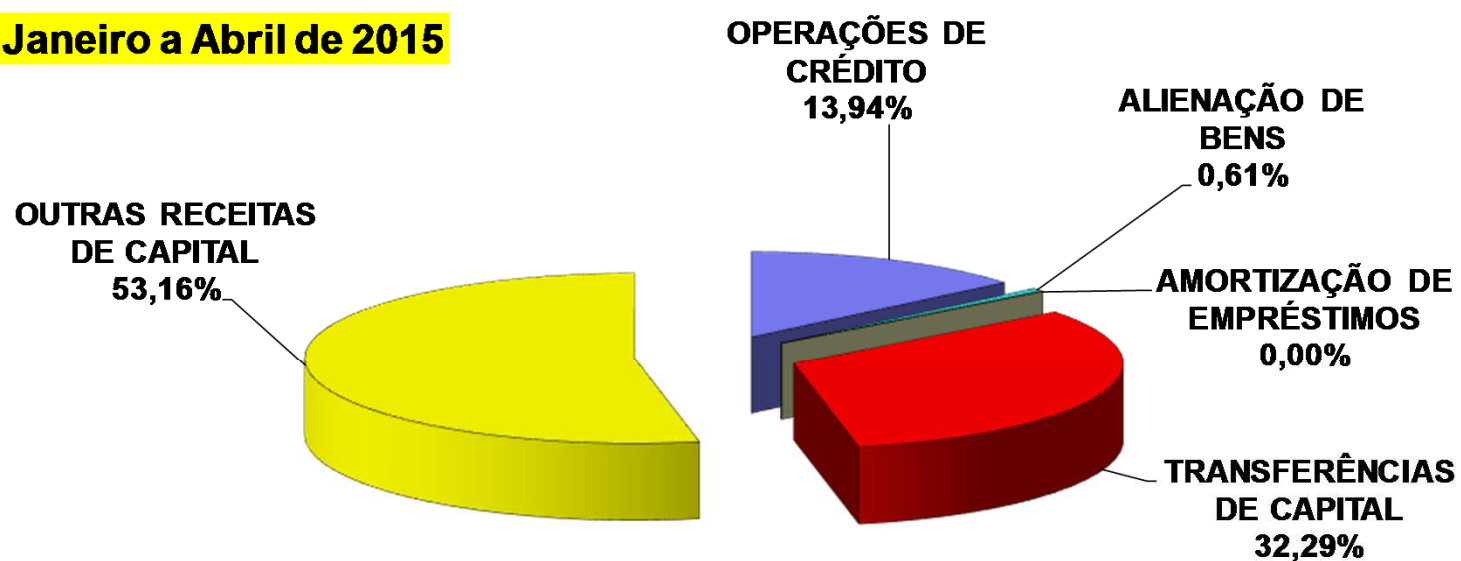
Consolidado	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	0,00	18,00	5,24		(70,86)		(73,27)
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	0,07	0,28	0,23	238,83	(16,90)	146,69	(24,04)
<b>AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</b>	5,21	0,00	0,00	(100,00)		(100,00)	
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	80,00	75,12	12,15	(84,82)	(83,83)	(88,92)	(85,09)
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	31,00	42,00	20,00	(35,48)	(52,38)	(53,23)	(56,59)
<b>TOTAL</b>	<b>116,28</b>	<b>135,39</b>	<b>37,62</b>	<b>(67,64)</b>	<b>(72,21)</b>	<b>(76,50)</b>	<b>(74,55)</b>

Fonte: Receita Global Recursos Totais no SIAF



# RECEITAS DE CAPITAL ORÇAMENTO FISCAL

**Janeiro a Abril de 2015**



# RECEITA DE CAPITAL ORÇADA VS. REALIZADA

## ORÇAMENTO FISCAL



R\$ MILHÕES

RECEITAS DE CAPITAL	ORÇADA INICIAL	ORÇADA ATUALIZADA	REALIZADA Até Abril	DIFERENÇA	REALIZADA SOBRE ORÇAMENTO ATUALIZADO (%)
	A	B	C	D = B-C	E=(C/B)*100
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	581,84	581,84	5,24	576,60	0,90
ALIENAÇÃO DE BENS	10,43	10,43	0,23	10,20	2,21
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	756,59	756,59	12,15	744,44	1,61
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	922,74	436,71	20,00	416,71	4,58
<b>TOTAL</b>	<b>2.271,60</b>	<b>1.785,57</b>	<b>37,62</b>	<b>1.747,95</b>	<b>2,11</b>

Fonte: Receita Global Recursos Totais no SIAF

# RECEITA CONSOLIDADA ORÇADA vs. REALIZADA



R\$ MILHÕES

CONSOLIDADO (*)	ORÇADA INICIAL	ORÇADA ATUALIZADA	REALIZADO Até Abril	DIFERENÇA	REALIZADO SOBRE ORÇAMENTO ATUALIZADO (%)
	A	B	C	D = B-C	E=(C/B)*100
RECEITA CORRENTE	38.895,01	39.962,54	12.307,60	27.654,94	30,80
RECEITA DE CAPITAL	2.271,60	1.785,57	37,62	1.747,95	2,11
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>41.166,61</b>	<b>41.748,12</b>	<b>12.345,22</b>	<b>29.402,89</b>	<b>29,57</b>

Fonte: Receita Global Recursos Totais no SIAF

(\*) Descontadas as deduções para a formação do Fundeb

# **ANÁLISE DA DESPESA**

## **ORÇAMENTO FISCAL**

### **JANEIRO A ABRIL**

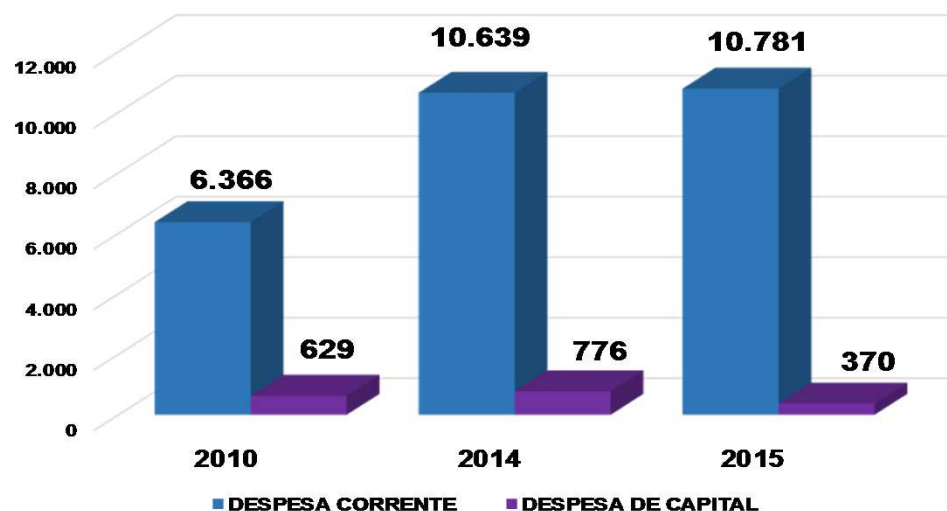
### **2015**

# DESPESAS EMPENHADAS

R\$ MILHÕES

Consolidado	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>6.365,96</b>	<b>10.639,46</b>	<b>10.780,68</b>	<b>69,35</b>	<b>1,33</b>	<b>24,25</b>	<b>(5,99)</b>
DESPESA CORRENTE	6.365,96	10.407,10	10.618,17	66,80	2,03	22,35	(5,36)
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		232,37	162,51		(30,06)		(34,29)
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>629,33</b>	<b>776,13</b>	<b>370,35</b>	<b>(41,15)</b>	<b>(52,28)</b>	<b>(56,69)</b>	<b>(55,58)</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>6.995,29</b>	<b>11.415,59</b>	<b>11.151,03</b>	<b>59,41</b>	<b>(2,32)</b>	<b>17,11</b>	<b>(9,35)</b>
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>7.235,87</b>	<b>11.265,01</b>	<b>12.345,22</b>	<b>70,61</b>	<b>9,59</b>	<b>25,10</b>	<b>1,51</b>

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais e Receita Global Recursos Totais no SIAF



# DETALHAMENTO DA DESPESA CORRENTE

R\$ MILHÕES

Consolidado	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
<b>Total de Despesa com Pessoal e Encargos</b>	<b>3.315,44</b>	<b>5.734,84</b>	<b>5.614,88</b>	<b>69,36</b>	<b>(2,09)</b>	<b>24,43</b>	<b>(9,01)</b>
Pessoal e Encargos	3.315,44	4.525,79	4.779,37	44,15	5,60	5,73	(2,03)
Termo de Compromisso + Aportes Financeiros (*)		976,68	673,00		(31,09)		(35,36)
Insuficiência Financeira (**)		232,37	162,51		(30,06)		(34,29)
Juros e Encargos da Dívida	239,65	237,92	269,59	12,49	13,31	(17,41)	5,11
Outras Despesas Correntes	2.837,50	4.666,70	4.896,21	72,55	4,92	26,40	(2,84)
Transferência a Municípios	1.532,60	2.378,38	2.684,46	75,16	12,87	28,11	4,28
ODC Exceto Transferências, TC e Aportes (***)	1.304,90	2.288,31	2.211,75	69,50	(3,35)	24,39	(10,25)
<b>TOTAL</b>	<b>6.392,59</b>	<b>10.639,46</b>	<b>10.780,68</b>	<b>68,64</b>	<b>1,33</b>	<b>24,25</b>	<b>(5,99)</b>

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais no SIAF

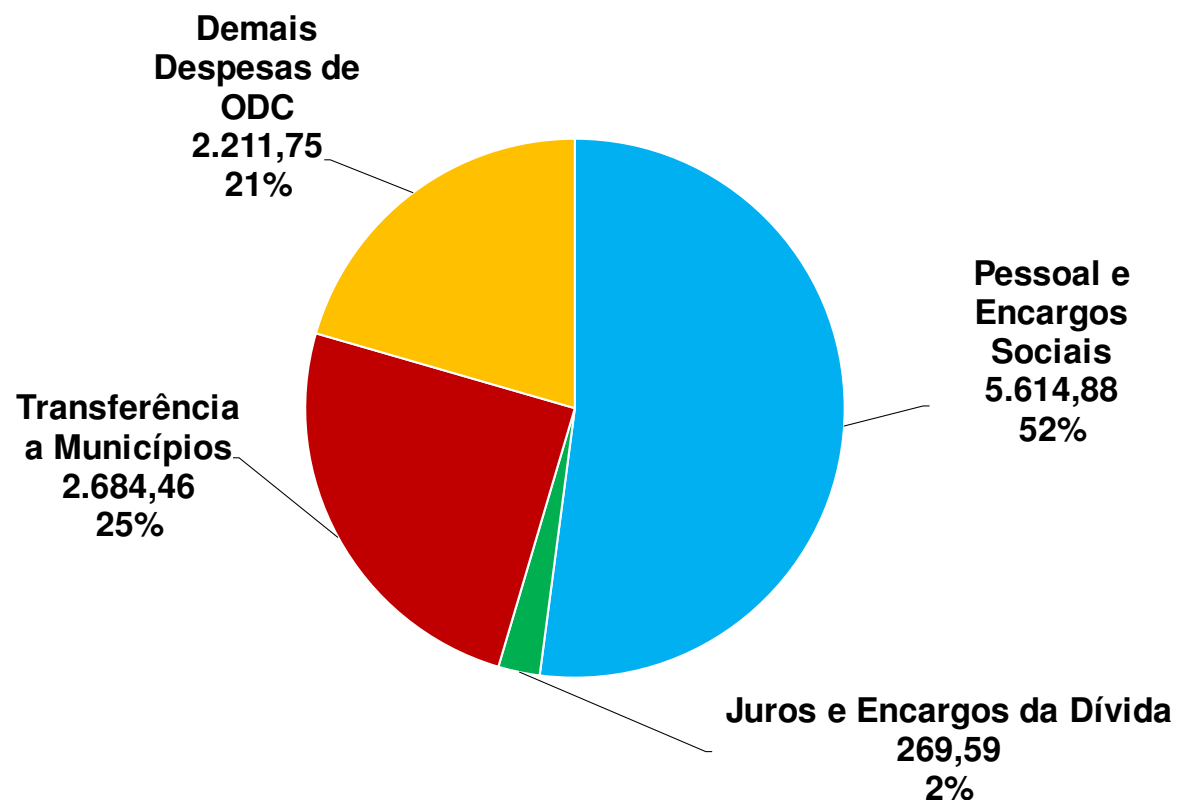
(\*) Termo de Compromisso + Aporte Adicional de 8,5% para compensar a não cobrança das contribuições dos Inativos e Pensionistas

(\*\*) Insuficiência Financeira (Despesa Extraorçamentária)

(\*\*\*) ODC descontadas as Transferências aos Municípios, Termo de Compromisso e o Aporte Financeiro

# DETALHAMENTO DA DESPESA CORRENTE

**JANEIRO A ABRIL DE 2015**



# OUTRAS DESPESAS CORRENTES

R\$ MILHÕES

MAIORES GASTOS	Janeiro a Abril			Variação Nominal (%)		Variação Real * (%)	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
Transferência a Municípios - Parcela do ICMS	1.136,39	1.735,10	1.903,60	67,51	9,71	22,22	1,42
Transferência a Municípios - Parcela do IPVA	360,33	611,23	748,64	107,76	22,48	51,59	13,23
Serviço Médico - Hospital, Odontológico e Laboratoriais	273,00	415,09	415,79	52,30	0,17	11,12	(7,40)
Auxílio Transporte	105,25	188,03	197,81	87,95	5,20	37,13	(2,74)
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	74,59	52,08	107,46	44,07	106,33	5,12	90,75
PIS/PASEP	55,73	104,13	101,80	82,68	(2,23)	33,29	(9,62)
Guarda e Vigilância	25,96	90,49	92,83	257,56	2,58	160,89	(5,17)
Limpeza e Conservação	40,01	90,33	85,67	114,15	(5,16)	56,25	(12,32)
Merenda Escolar	3,63	116,61	78,99	2.077,94	(32,27)	1.489,09	(37,38)
Serviços Técnicos Profissionais	35,59	90,56	72,26	103,04	(20,21)	48,14	(26,23)
Demais Outras Despesas Correntes	621,77	1.173,05	1.091,36	75,53	(6,96)	28,07	(13,99)
<b>Total</b>	<b>2.837,50</b>	<b>4.666,70</b>	<b>4.896,21</b>	<b>72,55</b>	<b>4,92</b>	<b>25,90</b>	<b>(3,01)</b>

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais no SIAF

\* Atualização pelo IPCA (IBGE) médio



# TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

R\$ MILHÕES

Consolidado	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
ICMS	1.136,39	1.735,10	1.903,60	67,51	9,71	22,91	1,74
IPVA	360,33	611,23	748,64	107,76	22,48	50,71	12,07
Fundo Exportação - IPI	20,82	29,43	31,74	52,47	7,88	12,16	0,33
CIDE	15,05	1,87	0,13	(99,15)	(93,17)	(99,37)	(93,57)
Royalties (Xisto)	0,00	0,76	0,35		(53,35)		(56,47)
<b>TOTAL</b>	<b>1.532,60</b>	<b>2.378,38</b>	<b>2.684,46</b>	<b>75,16</b>	<b>12,87</b>	<b>28,11</b>	<b>4,28</b>

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais no SIAF

# DESPESAS DE CAPITAL

R\$ MILHÕES

Consolidado	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
<b>Investimentos</b>	377,92	461,07	70,40	(81,37)	(84,73)	(86,28)	(85,76)
<b>Inversões Financeiras</b>	52,12	52,05	34,27	(34,24)	(34,15)	(51,70)	(38,87)
<b>Amortização da Dívida</b>	199,29	263,01	265,68	33,31	1,01	(2,03)	(6,29)
<b>TOTAL</b>	629,33	776,13	370,35	(41,15)	(52,28)	(56,69)	(55,58)

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais no SIAF

# INVESTIMENTOS

R\$ MILHÕES

MAIORES PROJETOS	ORGÃO	Janeiro a Abril 2015
Desenvolvimento Urbano e Regional Integrado	SEDU	9,32
Modernização e Recuperação da Inf. da Educação Básica	SEED	8,56
Qualifica Paraná	SEED	7,83
Gestão e Manutenção das Atividades Judiciárias	TJ	4,42
Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná	MP	4,17
Ações do Detran	DETRAN	4,03
Políticas de Apoio a Agricultura Familiar	SEAB	3,78
Gestão de Operação do Sistema de Rodovias - DER	SEIL	3,37
Gestão Administrativa	SEDS	3,34
Gestão das Unidades Próprias	SESA	3,01
Gestão de Cons. do Sistema Multimodal de Transporte - DER	SEIL	2,81
Reequipamento para promover as Atividades Judiciárias	TJ	2,59
Gestão das Ativ. de Ensino Pesquisa e Extensão - UNIOESTE	SETI	2,45
PAC da Mobilidade - COPA 2014 - COMEC	SEDU	1,33
Gestão do Plano de Fomento Municipal	SEIL	1,28
Mãe Paranaense	SESA	1,02
Demais Projetos		7,07
TOTAL		70,40

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais no SIAF

# DESPESA POR FUNÇÃO

R\$ MILHÕES

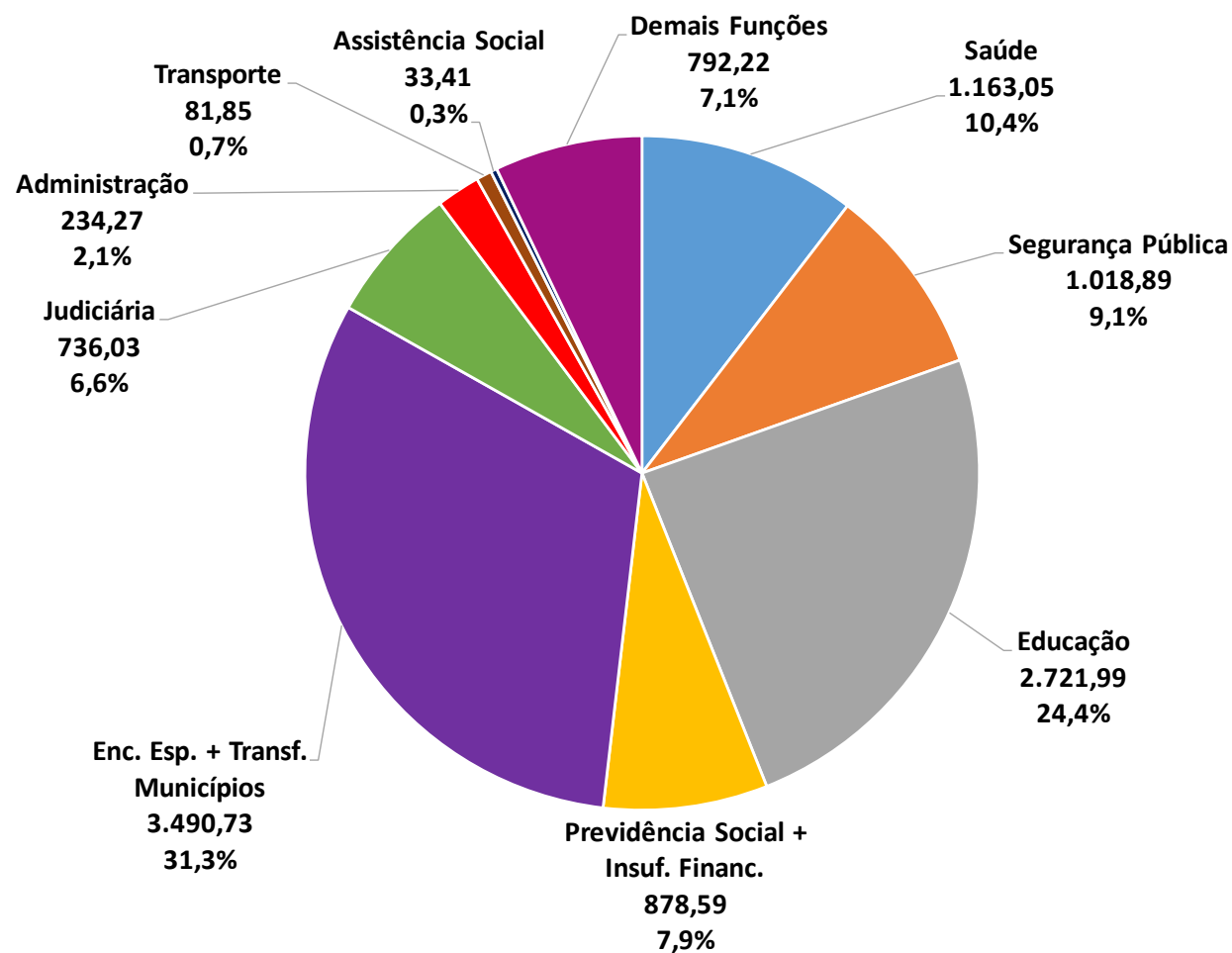
FUNÇÃO	Janeiro a Abril			Variação Nominal (%)		Variação Real** (%)	
	2010	2014	2015	2015/10	2015/14	2015/10	2015/14
Saúde (*)	843,12	1.111,98	1.163,05	37,95	4,59	0,65	(3,31)
Segurança Pública	408,10	887,84	1.018,89	149,67	14,76	82,17	6,09
Educação (*)	1.801,70	2.596,86	2.721,99	51,08	4,82	10,23	(3,10)
Previdência Social + Insuficiência Financeira	607,25	1.386,31	878,59	44,68	(36,62)	5,56	(41,41)
Insuficiência Financeira		232,37	162,51		(30,06)		(35,35)
Encargos Especiais +Transf. Municípios	2.009,69	3.021,89	3.490,73	73,69	15,51	26,73	6,79
Transferência aos Municípios	1.532,60	2.378,38	2.684,46	75,16	12,87	27,80	4,34
Judiciária	351,33	631,30	736,03	109,50	16,59	52,86	7,78
Administração	146,11	271,95	234,27	60,34	(13,86)	16,99	(20,36)
Transporte	321,55	358,27	81,85	(74,54)	(77,15)	(81,43)	(78,88)
Assistência Social	44,56	124,38	33,41	(25,03)	(73,14)	(45,30)	(75,17)
Demais Funções	454,41	792,44	792,22	74,34	(0,03)	27,20	(7,58)
<b>TOTAL</b>	<b>6.987,82</b>	<b>11.183,22</b>	<b>11.151,03</b>	<b>59,58</b>	<b>(0,29)</b>	<b>16,43</b>	<b>(7,82)</b>

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais no SIAF

(\*) As despesas com Saúde e Educação não representam os valores para fins do cálculo do limite aplicado, pois, existem receitas de origem externas que não fazem parte da base de cálculo.

\*\* Atualização pelo IPCA (IBGE) médio.

# DESPESA POR FUNÇÃO - 2015



**RECEITA E DESPESA**

**ORÇAMENTO DA**

**SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A ABRIL**

**2015**

# RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIA COM TODOS OS PODERES (\*)

RECEITA PREVIDENCIÁRIA	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2013	2014	2015	2014/13	2015/14	2014/13	2015/14
Receita de Contribuição (Servidor + Patronal)	271,83	345,29	389,92	27,03	12,92	20,03	4,83
Outras Receitas Correntes	640,28	326,70	513,80	(48,98)	57,27	23,75	45,83
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>912,11</b>	<b>671,99</b>	<b>903,72</b>	<b>-26,33</b>	<b>34,48</b>	<b>21,81</b>	<b>24,74</b>

DESPESA DOS FUNDOS DE PREVIDÊNCIA	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2013	2014	2015	2014/13	2015/14	2014/13	2015/14
Aposentados e Pensionistas	1.630,10	1.919,58	2.143,51	17,76	11,67	11,17	3,59
Outras Despesas dos Fundos	2,40	3,07	0,05	27,82	(98,50)	20,60	(98,61)
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIA (II)</b>	<b>1.632,50</b>	<b>1.922,66</b>	<b>2.143,55</b>	<b>17,77</b>	<b>11,49</b>	<b>11,18</b>	<b>3,43</b>

SALDO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	Valores Nominais (R\$) Janeiro a Abril			Variações (%)			
				NOMINAL		REAL	
	2013	2014	2015	2014/13	2015/14	2014/13	2015/14
<b>DÉFICIT DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO (III) = (I-II)</b>	<b>(720,39)</b>	<b>(1.250,67)</b>	<b>(1.239,83)</b>	<b>73,61</b>	<b>(0,87)</b>	<b>6,21</b>	<b>(8,02)</b>
<b>COBERTO C/ T.C. + APORTES + INSUFICIÊNCIA + FP</b>	<b>1.753,98</b>	<b>1.625,89</b>	<b>1.515,15</b>	<b>(7,30)</b>	<b>(6,81)</b>	<b>(12,63)</b>	<b>(13,34)</b>

Fonte: Balanço da PARANAPREVIDENCIA

(\*) PODER EXECUTIVO, PODER LEGISLATIVO, PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO

Secretaria de Estado da Fazenda

# **RESULTADOS**

## **JANEIRO A ABRIL**

### **2015**



# RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTO FISCAL



R\$ MILHÕES

Janeiro a Abril / 2014					
Consolidado		Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Realizada	% Realizada
Receitas	Correntes (*)	38.895,01	39.962,54	11.129,61	27,85
	De Capital	2.271,60	1.785,57	135,39	7,58
Total		41.166,61	41.748,12	11.265,01	26,98

Consolidado		Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Empenhada	% Realizada
Despesas	Correntes	35.867,61	36.972,09	10.618,17	28,72
	De Capital	4.106,55	3.583,57	370,35	10,33
Total		39.974,15	40.555,66	10.988,52	27,09

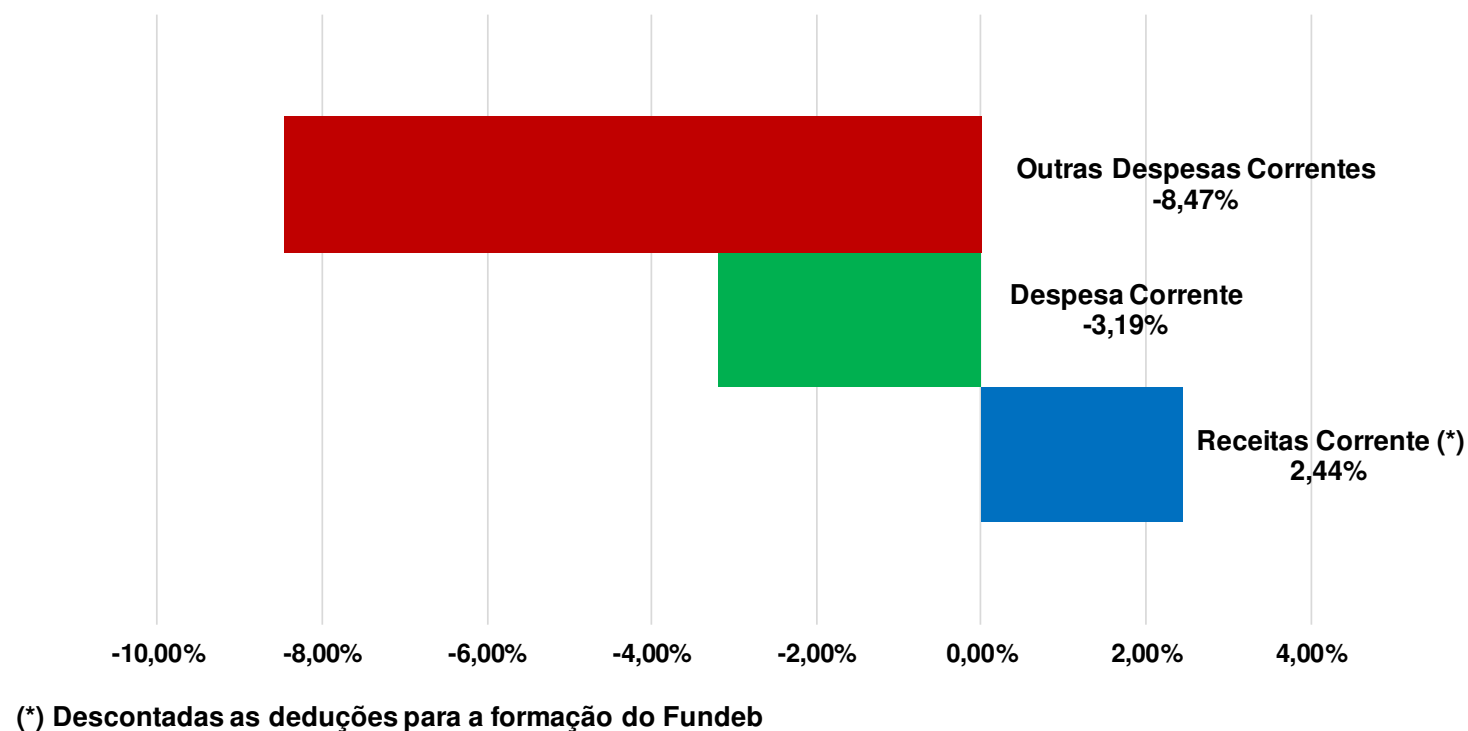
RESULTADO DO PERÍODO SOBRE A DESPESA EMPENHADA	276,49
DESPESA EMPENHADA	10.988,52
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	162,51
DESPESA EMPENHADA + INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	11.151,03
RESULTADO COM A INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	113,98

Fonte: Despesas Empenhadas Recursos Totais e Despesas Processadas Recursos Totais

(\*) Descontadas a dedução para a formação do Fundeb

(\*) O superávit orçamentário que consta na LDO de R\$ 1.192,46 milhões, é para cobertura da Insuficiência Financeira com o Paraná Previdência. Este valor consta também como déficit da Paraná Previdência na LDO.

# CRESCIMENTO REAL RECEITA CORRENTE X DESPESA CORRENTE



# RESULTADO PRIMÁRIO

**MELHOR QUANDO**



R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	Janeiro a Abril			
	2010	2013	2014	2015
<b>RECEITA PRIMÁRIA</b>	7.156,6	9.996,3	11.516,4	14.394,1
Receitas Primárias Correntes	7.045,6	9.870,5	11.399,3	14.362,0
Receitas Primárias de Capital	111,0	125,8	117,1	32,1
<b>DESPESA PRIMÁRIA</b>	5.891,4	8.927,3	9.362,4	12.771,5
Despesas Primárias Correntes	5.698,1	8.758,6	9.078,4	12.666,8
Despesas Primárias de Capital	193,3	168,7	284,0	104,7
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	1.265,22	1.069,00	2.153,94	1.622,60
<b>META FISCAL - LDO</b>	1.225,52	1.136,62	(1.160,31)	4.128,07

Fonte: RREO - ANEXO VII (LRF, Art. 53, inciso III)

# RESULTADO NOMINAL

MELHOR QUANDO



R\$ MILHÕES

RESULTADO NOMINAL	Dezembro 2010	Dezembro 2014	Abril 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	18.475	19.990	20.278
DEDUÇÕES (II)	3.060	3.514	4.073
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.872	2.983	3.183
Demais Haveres Financeiros	477	1.819	1.819
(-) Restos a Pagar Processados	289	1.288	929
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	15.415	16.476	16.205
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.183	1.311	1.311
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	14.232	15.165	14.894
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>356</b>	<b>1.033</b>	<b>(271)</b>
<b>RESULTADO NOMINAL - META LDO</b>	<b>159</b>	<b>1.136</b>	<b>247</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>16.963</b>	<b>28.337</b>	<b>29.388</b>

Fonte: RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

# DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL



R\$ MILHÕES

GASTO C/ PESSOAL	Despesa Bruta com Pessoal (1)	Despesas Não Computadas (Deduções LRF) (2)	Despesas para Fins do Limite da LRF (3=1-2)	Gastos com Pessoal em Relação à RCL (%)	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
CONSOLIDADO GERAL	21.554,12	5.786,83	15.767,29	53,65%	60,00%	57,00%	54,00%
PODER EXECUTIVO	18.510,85	5.002,15	13.508,71	45,97%	49,00%	46,55%	44,10%
PODER JUDICIÁRIO	1.735,94	445,19	1.290,74	4,39%	6,00%	5,70%	5,40%
PODER LEGISLATIVO	670,54	169,67	500,87	1,70%	3,00%	2,85%	2,70%
MINISTÉRIO PÚBLICO	636,79	169,82	466,97	1,59%	2,00%	1,90%	1,80%

**RCL 29.388**

# DESPESA EM EDUCAÇÃO

R\$ MILHÕES	
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>Janeiro a Abril 2015</b>
Valor Mínimo a Aplicar (30% da RLI)	2.496
Valor Aplicado no Ensino Básico	2.202
Valor Aplicado no Ensino Superior	470
Total Aplicado	2.672
Aplicação no Ensino Básico (%)	26,46%
Aplicação no Ensino Superior (%)	5,65%
Total Aplicado em Educação (%)	32,11%

<b>Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - RLI</b>	<b>8.321</b>
--	--------------

(\*) Não inclui despesa com inativos e pensionistas (aportes, termo de compromisso e insuficiência financeira)

# DESPESA EM SAÚDE

<b>SAÚDE</b>	<b>Janeiro a Abril 2015</b>
<b>Valor Mínimo a Aplicar (12% da RLI)</b>	<b>999</b>
<b>Valor Aplicado</b>	<b>721</b>
<b>Aplicação em Saúde (%)</b>	<b>8,66%</b>
<b>Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - RLI</b>	<b>8.321</b>

# **ANÁLISE DA DÍVIDA E LIMITES JANEIRO A ABRIL 2015**



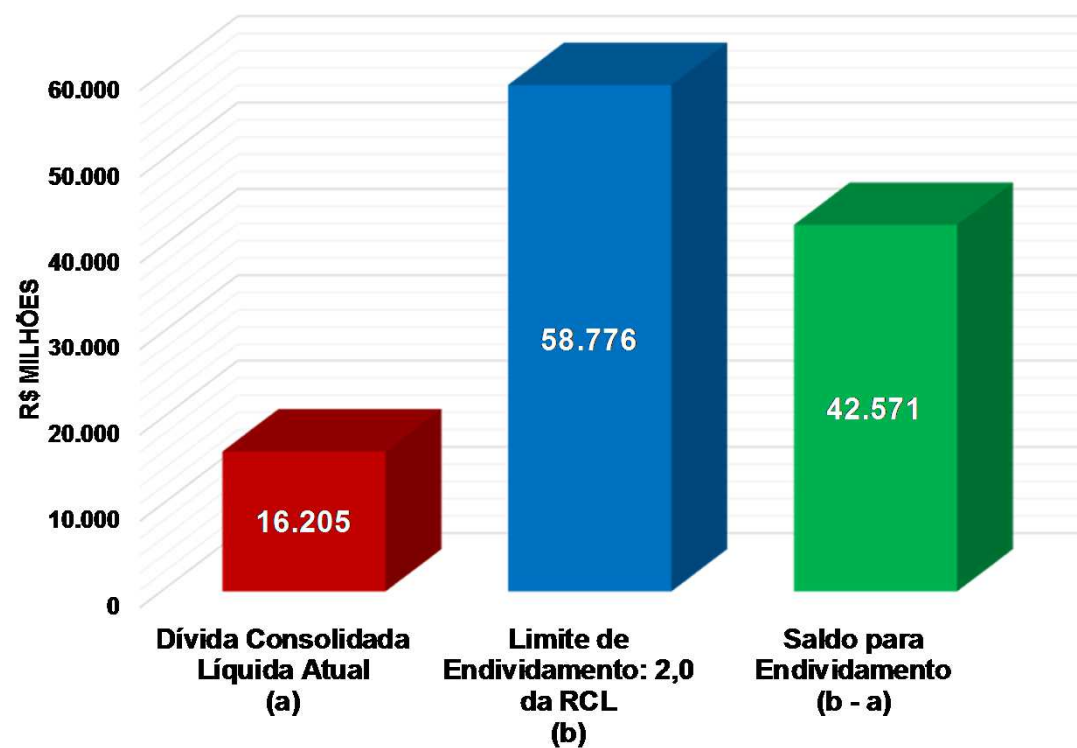
# LIMITES DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

R\$ MILHÕES

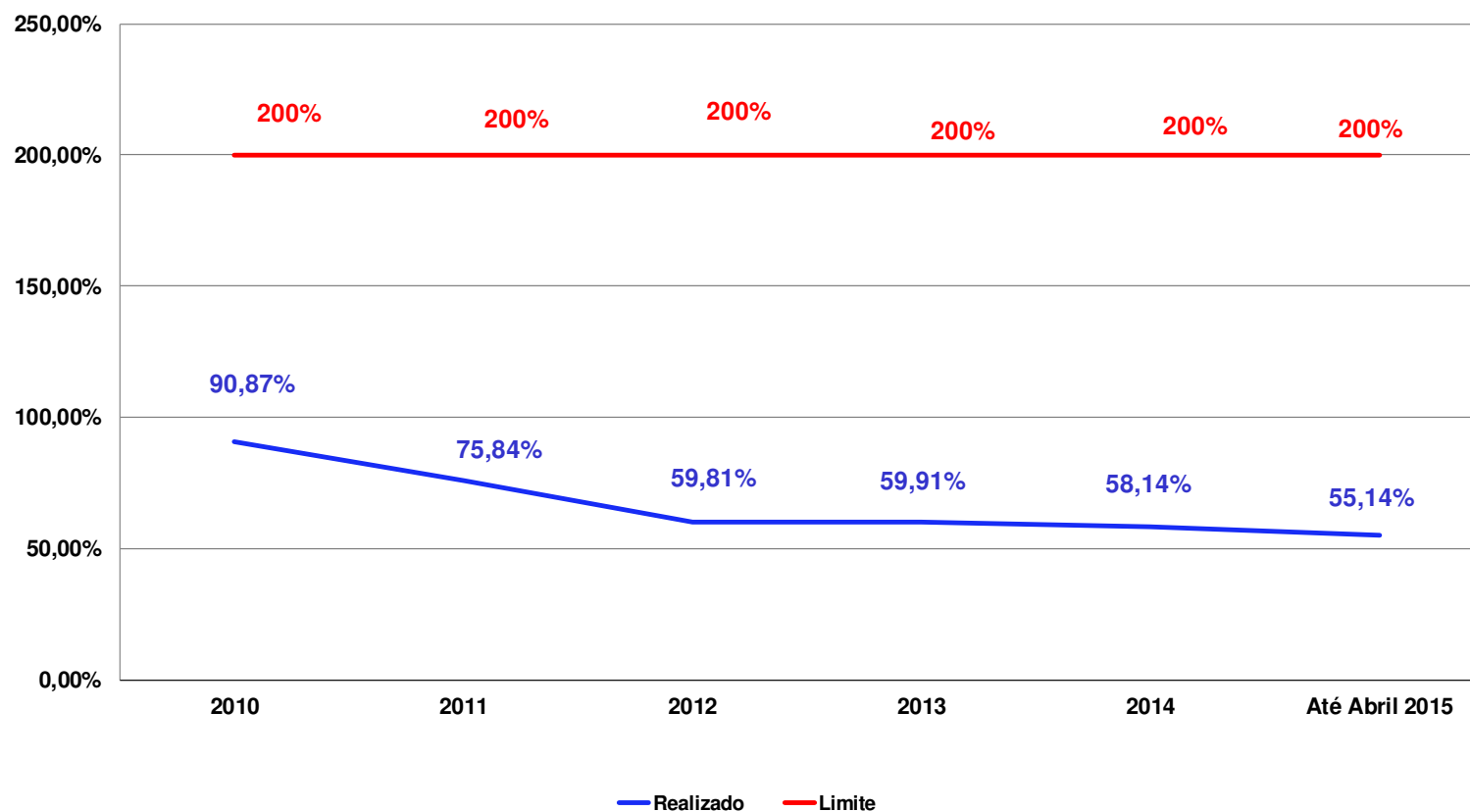
DESPESA COM PESSOAL	JANEIRO A ABRIL 2015	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida - RCL	29.388,09	
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.767,29	53,65
Limite Máximo (incisos I, II, e III, art. 20 da LRF) - 60%	17.632,85	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	16.751,21	57,00
GARANTIAS DE VALORES	JANEIRO A ABRIL 2015	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	766,54	2,61
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.465,38	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	JANEIRO A ABRIL 2015	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	1.286,61	4,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.702,09	16,00
Gasto com Serviço da Dívida	1.588,50	5,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Gasto com Serviço da Dívida	3.379,63	11,50
Dívida Consolidada Líquida	16.204,78	55,14
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Dívida Consolidada Líquida	58.776,18	200,00

# DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

DE ACORDO COM O LIMITE ESTABELECIDO PELO SENADO FEDERAL



# LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA



# DESAFIOS

**AMPLIAR A ARRECADAÇÃO DE RECEITAS  
TRIBUTÁRIAS**

**AMPLIAR A CAPTAÇÃO DE RECEITAS  
NÃO TRIBUTÁRIAS**

**REDUZIR AS DESPESAS (CUSTEIO E  
DÍVIDA)**

**AMPLIAR A CAPACIDADE DE  
INVESTIMENTOS**



**MAURO RICARDO MACHADO COSTA**  
**Secretário da Fazenda**  
**[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)**